

## **DECRETO N.º 3.878, de 15 de janeiro de 2001.**

**Dispõe sobre complementação do Decreto n.º 2.807/94, que regulamenta a Lei n.º 1.961 (Código Tributário Municipal), de 28 de Dezembro 1.977.**

**Artigo 1º - Este Decreto complementa o Decreto n.º 2.807, de outubro de 1.994 que regulamenta o Código Tributário Municipal, Lei n.º 1.961, de 28 de dezembro de 1.977, com suas alterações.**

### **Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana**

**Artigo 2º - O lançamento do Imposto sobre as Propriedade Predial e Territorial far-se-á observando-se a situação cadastral do imóvel em 1º de janeiro de 2.001, aplicando-se o disposto no Título II, Capítulo I, Seção II e Capítulo II, Seção II do Código Tributário Municipal (Lei 1.961, de 28 de dezembro de 1.977), com suas alterações.**

**Artigo 3º - As bases de cálculo dos impostos de que trata o Artigo 2º serão os valores venais constantes nos Anexos I a VII da Lei Municipal n.º 3.773, de 29 de dezembro de 1.998, TABELAS I e II deste Decreto.**

**Artigo 4º - Nas propriedades que em houver a incidência do Imposto Territorial e do Predial, o lançamento será distinto, constando no mesmo Carnê.**

**Artigo 5º - Os Carnês serão emitidos, de forma a demonstrar os valores de cada um dos tributos: o valor total para pagamento parcelado e a opção para o pagamento à vista com desconto de 10% (dez por cento).**

**I - O número de parcelas de cada lançamento será fixado em função do valor total do imposto devido no exercício, e de conformidade com o disposto na TABELA III.**

**II - Os vencimentos das parcelas ocorrerão nas datas fixadas nas TABELAS IV e V.**





# **Prefeitura Municipal de Assis**

**Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"**

030  
DEC 3878/2001  
Fls. 2/10

## **Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza**

- Artigo 6º -** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, incidente, inclusive sobre a execução de obras, será calculado com base na receita bruta mensal, ou por Unidade Fiscal do Município.
- Parágrafo 1º -** O Imposto Sobre Serviços, quando tributado com a alíquota de 3,5% (três e meio por cento) sobre a receita bruta mensal, será lançado e calculado pelo próprio Contribuinte, que receberá formulários especiais, desde que regularmente inscrito junto ao Cadastro Mobiliário do Município, com os vencimentos fixados pela TABELA VI.
- Parágrafo 2º -** Os Contribuintes que não forem regularmente inscritos junto ao Cadastro Mobiliário do Município, mas que estiverem sujeito ao recolhimento do tributo, farão o mesmo através de guias avulsas, nos vencimentos fixados pela TABELA VI.
- Parágrafo 3º -** Os Contribuintes, sujeitos ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços, cuja base de cálculo foi fixado em Unidades Fiscais do Município – U.F.Ms, receberão os Carnês para pagamento à vista, com 10% (dez por cento) de desconto, ou em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, nos vencimentos fixados pela TABELA VII.
- Parágrafo 4º -** Os Contribuintes, enquadrados no Parágrafo 1º deste Artigo, tributados pelo Regime de Estimativa, receberão os Carnês com 12 (doze) parcelas, fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos fixados pela TABELA VI.
- Artigo 7º -** O Imposto devido sobre os serviços especificados nos itens 31, 32 e 33 da lista de serviços, constante do Artigo 88 do Código Tributário Municipal, será cobrado da seguinte forma:
- I -** o Imposto devido pela pessoa jurídica que, sob o regime de empreita com pessoas físicas e/ou jurídicas, executar quaisquer dos serviços relacionados no caput deste Artigo, terá como base de cálculo o valor total efetivamente cobrado do proprietário da obra, não sendo permitido qualquer abatimento;
  - II -** o Imposto será devido e recolhido no ato da aprovação do projeto da obra, quando esta for executada diretamente pelo proprietário, e sua base de cálculo é o valor venal, que será apurado através da



# **Prefeitura Municipal de Assis**

Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"

031  
DEC 3878/2001  
Fls. 3/10

multiplicação da área a ser edificada, pelos valores constantes da TABELA II, respeitada a escala de pontuação;

- III - A alíquota, para efeito do cálculo do Imposto Sobre Serviços, incidente sobre os itens constantes do Artigo 7º deste Decreto, é de 3,5% (três e meio por cento) sobre o valor venal da edificação, apurado na forma estabelecida no item II.

Parágrafo Único - O proprietário da obra executada na forma do Inciso I deste Artigo, é co-responsável pelo recolhimento do Imposto, devendo exigir os comprovantes de recolhimentos mensais efetuados pela empreiteira, para eximir-se dessa responsabilidade.

Artigo 8º - Os pagamentos efetuados por qualquer órgão da administração direta e/ou indireta do Município, referente a contratação de prestação de serviços, sob qualquer título, exceto Profissionais Liberais, ficarão sujeitos à retenção na fonte, do Imposto Sobre Serviços, calculado sobre a alíquota de 3,5% (três e meio por cento) sobre o valor pago, e o tributo será recolhido à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Assis, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da retenção.

Parágrafo Único - O Imposto Sobre Serviços, retido na fonte, na forma do caput deste Artigo, será deduzido pelo próprio contribuinte, à época da apuração mensal do valor total devido, com relação a esse tributo, e o recolhimento será efetuado através de Carnê emitido pela Fazenda Municipal.

Artigo 9º - Os Contribuintes sujeitos ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, apurado com base na receita bruta, ficam obrigados à apresentação de Declaração de Movimento Econômico - DME, anualmente, conforme modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Assis.

Parágrafo Único - A Declaração de Movimento Econômico de que trata o caput, deverá ser entregue até 15 de dezembro de 2.001, independentemente de ter sido recolhido o imposto devido.

## **Das Taxas de Licença e de Inspeção Sanitária**

Artigo 10º - Os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, para o exercício da atividade e/ou profissão, estão



# **Prefeitura Municipal de Assis**

**Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"**

032  
DEC 3878/2001  
Fls. 4/10

sujeitos ao exercício do poder de polícia administrativa, mediante a cobrança dos seguintes tributos:

- I - Taxa de Licença para Localização;**
- II - Taxa de Fiscalização de Funcionamento;**
- III - Taxa de Inspeção Sanitária.**

**Parágrafo 1º -** A Taxa de Licença para Localização será lançada, em percentuais incidentes sobre o valor da Unidade Fiscal do Município- U.F.M., fixados no Artigo 180 do Código Tributário Municipal, respeitando-se o ramo de atividade das pessoas físicas e/ou jurídicas, com estabelecimento fixo.

**Parágrafo 2º -** A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será lançada em Real (moeda corrente do país), cujo valor será obtido em função da(s) Unidade(s) Fiscal(is) do Município - U. F. M., fixados no Artigo 180 do Código Tributário Municipal, de conformidade com o exercício da profissão e ou atividade das pessoas físicas e/ou jurídicas.

**Parágrafo 3º -** A Taxa de Inspeção Sanitária, em decorrência da adoção do Código Sanitário Estadual, através da Lei Municipal n.º 3.282, de 27 de dezembro de 1.993, será cobrada nos prazos fixados pelo Código Sanitário Estadual e pelos valores fixados pela Secretaria da Fazenda do Estado, sendo devida em função da vistoria efetivamente exercida pela Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde.

**Parágrafo 4º -** As Taxas previstas pelos parágrafos 1º e 2º deste artigo, serão lançados em conjunto e/ou isoladamente, em 2 (duas) parcelas semestrais, vencendo a 1ª em 31 de janeiro de 2.001 e a 2ª, em 31 de julho de 2.001.

**Parágrafo 5º -** No caso de abertura de inscrição durante o exercício, a 1ª parcela ou parcela única, será cobrada, proporcionalmente à data de início de atividade, juntamente com o requerimento de abertura.

## **Da Taxa de Licença para Execução de Obras**

**Artigo 11º -** A Taxa de Licença para Execução de Obras, devida pela concessão de Alvará para construção, reforma, ampliação ou demolição de edificações, nos alinhamentos de terrenos e aprovações de arruamentos, loteamentos, desdobramentos, será cobrada juntamente com o requerimento do interessado, nos



# **Prefeitura Municipal de Assis**

Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"

Decreto nº 254/01

percentuais fixados sobre a Unidade Fiscal do Município- U.F.M., nos termos do Artigo 192 do Código Tributário Municipal.

- Artigo 12º - Este Decreto entrará em vigor em
- Artigo 13º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Assis, em

**CARLOS ÂNGELO NÓBILE**  
**PREFEITO UNICIPAL**

**ANGELO CARMO BELUCI**  
**Secretario Municipal de Governo e Negócios Jurídicos**

**Publicado na Secretaria Municipal de Governo e Negócios Jurídicos,**  
**Em 15 de Janeiro de 2001**

**ANGELO CARMO BELUCI**  
**Secretario Municipal de Governo e Negócios Jurídicos**



# Prefeitura Municipal de Assis

Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"

## TABELA I

### DO DECRETO Nº3.878

### VALOR VENAL POR METRO LINEAR DE TESTADA DE LOTE PADRÃO

Cod.	Valor Venal p/ ml test. corr.
01	12.000,00
02	9.000,00
03	7.500,00
04	7.000,00
05	6.000,00
06	5.400,00
07	4.500,00
08	3.600,00
09	3.000,00
10	2.700,00
11	2.550,00
12	2.400,00
13	2.250,00
14	2.100,00
15	1.950,00
16	1.800,00
17	1.500,00
18	1.410,00
19	1.350,00
20	1.200,00
21	1.140,00
22	1.050,00
23	990,00
24	900,00

Cod	Valor Venal p/ ml test. corr.
25	840,00
26	810,00
27	780,00
28	750,00
29	690,00
30	660,00
31	600,00
32	540,00
33	510,00
34	480,00
35	450,00
36	390,00
37	360,00
38	300,00
39	270,00
40	255,00
41	240,00
42	210,00
43	180,00
44	150,00
45	120,00
46	60,00
47	45,00
48	36,00
49	30,00



# Prefeitura Municipal de Assis

Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"

DEC 3878/2001  
Fls. 7/10

035

## TABELA II

### DO DECRETO N.º 3.878

### VALOR VENAL DO METRO QUADRADO DE EDIFICAÇÕES

Tipo Constr.	Pontuação	Valor Venal Constr. Princ.	Valor Venal Dependenc.
I	53 a 55	448,00	268,80
II	50 a 52	425,00	255,00
III	47 a 49	404,00	242,40
IV	44 a 46	384,00	230,40
V	41 a 43	364,00	218,40
VI	39 a 40	346,00	207,60
VII	37 e 38	311,00	186,60
VIII	35 e 36	280,00	168,00
IX	33 e 34	252,00	151,20
X	31 e 32	227,00	136,20
XI	29 e 30	204,00	122,40
XII	27 e 28	183,00	109,80
XIII	25 e 26	165,00	99,00
XIV	22 a 24	140,00	84,00
XV	19 a 21	119,00	71,40
XVI	16 a 18	83,00	49,80
XVII	11 a 15	58,00	34,80
XVIII	06 a 10	40,00	24,00
XIX	00 a 05	10,00	6,00



# Prefeitura Municipal de Assis

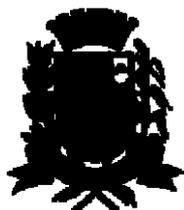
Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"

## TABELA III

Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto n.º 3.878

### DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARCELAS POR CARNÊS DE IPTU EM FUNÇÃO DOS VALORES TOTAIS LANÇADOS PARA O EXERCÍCIO

VALOR TOTAL DO EXERCÍCIO		N.º PARCELAS
Até.....	R\$ 18,00	01
De R\$ 18,01 a	R\$ 40,77	02
De R\$ 40,78 a	R\$ 63,54	03
De R\$ 63,55 a	R\$ 86,31	04
De R\$ 86,32 a	R\$ 105,43	05
De R\$ 105,44 a	R\$ 123,70	06
De R\$ 123,71 a	R\$ 150,11	07
De R\$ 150,12 a	R\$ 172,88	08
De R\$ 172,89 a	R\$ 191,15	09
Acima	de R\$ 191,15	10



# **Prefeitura Municipal de Assis**

Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"

037  
DEC 3878/2001  
Fls. 9/10

## **TABELA VI**

Parágrafos 1º, 2º e 4º do Artigo 6º do Decreto n.º 3.878

### **CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS PARA REGIME DE APURAÇÃO PELA RECEITA BRUTA E POR ESTIMATIVA**

<b>PARCELAS</b>	<b>MOVIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO DE</b>	<b>VENCIMENTOS</b>
1ª Parcela	01 a 31 de dezembro de 2000	17/01/2001
2ª Parcela	01 a 31 de janeiro de 2001	15/02/2001
3ª Parcela	01 a 28 de fevereiro de 2001	15/03/2001
4ª Parcela	01 a 31 de março de 2001	17/04/2001
5ª Parcela	01 a 30 de abril de 2001	15/05/2001
6ª Parcela	01 a 31 de maio de 2001	18/06/2001
7ª Parcela	01 a 30 de junho de 2001	16/07/2001
8ª Parcela	01 a 31 de julho de 2001	15/08/2001
9ª Parcela	01 a 31 de agosto de 2001	17/09/2001
10ª Parcela	01 a 30 de setembro de 2001	16/10/2001
11ª Parcela	01 a 31 de outubro de 2001	19/11/2001
12ª Parcela	01 a 30 de novembro de 2001	17/12/2001



# **Prefeitura Municipal de Assis**

**Paço Municipal "Professora Judith de Oliveira Garcez"**

038  
DEC 3878/2001  
Fls. 10/10

## **TABELA VII**

**Parágrafo 3º do Artigo 6º do Decreto n.º 3.878**

### **CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS PARA REGIME DE ARBITRADO**

<b>PARCELAS</b>	<b>VENCIMENTOS</b>
Parcela Única	15/02/2001
1ª Parcela	15/03/2001
2ª Parcela	17/04/2001
3ª Parcela	15/05/2001
4ª Parcela	18/06/2001
5ª Parcela	16/07/2001
6ª Parcela	15/08/2001
7ª Parcela	17/09/2001
8ª Parcela	16/10/2001
9ª Parcela	19/11/2001
10ª Parcela	17/12/2001